



## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO	
Descrição do objeto	Prestação de serviços de atendimento pré-hospitalar de emergência clínica e urgência médica com o deslocamento de ambulância para a área protegida do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná e Fórum Eleitoral da Capital.
Natureza	Continuada (prestação de serviços)
Prazo do Contrato	60 (sessenta) meses
Existe a possibilidade de prorrogação?	SIM
Código SIASG	14.052

2. DAS ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO
<p><b>2.1. Das especificações do serviço:</b></p> <p><b>2.1.1.</b> O atendimento deverá ser feito através de UTIs móveis, dotadas de todos os equipamentos necessários para resolver situações que possam colocar em risco a vida humana, sejam decorrentes de acidentes, enfermidades, mal súbito ou outras que se caracterizam por emergenciais dentro de qualquer dependência do TRE.</p> <p><b>2.1.2.</b> Deverá haver cobertura preventiva para os eventos que o Tribunal vier a realizar em suas dependências ou outros locais em Curitiba, PR, com permanência de uma unidade de UTI móvel no local durante a realização do evento.</p> <p><b>2.1.3.</b> O atendimento deverá ser prestado 24 horas por dia, todos os dias da semana, independentemente de ser sábado, domingo ou feriado.</p> <p><b>2.1.4.</b> Não deverá haver restrição às doenças preexistentes e não haverá carência para o início do atendimento médico emergencial. Em decorrência de eventuais atendimentos, nenhum gasto será devido além do valor mensal contratado, que abrange todo o serviço, inclusive uso de material, medicamentos ou aparelhos necessários ao caso.</p> <p><b>2.1.5.</b> As UTIs móveis deverão comparecer para atendimento acompanhado de médico e pessoal técnico (um enfermeiro ou paramédico) e com todos os materiais</p>



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

---

e medicamentos para atendimento de emergência médica.

- 2.1.6.** O médico deverá ser profissional devidamente habilitado para o atendimento de urgência e devidamente registrado no CRM.
- 2.1.7.** A Unidade móvel deverá dispor, no mínimo, de: eletrocardiógrafo portátil; desfibrilador portátil; cardioversor; maca; unidade respiratória com oxigênio; respirador; aspirador; kit para atendimento e imobilização de traumatismo; material para pequenas cirurgias; materiais, medicamentos e demais itens necessários para atendimento a toda emergência médica.
- 2.1.8.** A execução dos serviços iniciará com solicitação através de telefonema para a central de emergência da empresa e cessará quando for estabilizada a emergência no próprio local, não havendo mais risco à saúde do paciente ou quando o paciente for internado em hospital para continuidade do tratamento.
- 2.1.9.** A execução dos serviços para os eventos a serem realizados pelo Tribunal deverá ser prestada mediante solicitação por escrito com antecedência de 2 dias, em que uma unidade de UTI móvel ficará disponível no local desde uma hora antes do evento até uma hora após o término do evento.
- 2.1.10.** Nos dias em que ocorrem as eleições (municipais ou gerais), uma UTI móvel equipada deverá permanecer nas dependências da Sede do TRE--PR acompanhada de pessoal técnico (enfermeiro, socorrista ou paramédico) no período das 8:00h às 22:00h ou mediante liberação pela unidade de saúde deste Tribunal.
- 2.1.11.** A área protegida compreenderá a edificação, bem como o espaço livre (pátio, estacionamento, área de circulação e postos de vigilantes) de todos os imóveis pertencentes ao TRE localizados na Rua João Parolin nº 55 e 224, bairro Prado Velho, Curitiba-PR ou por ele utilizados durante realização de eventos coordenados por este Tribunal, sejam eles próprios ou de terceiros, dentro dos limites do município de Curitiba, previamente comunicados por este órgão.
- 2.1.12.** Toda emergência nesta área será atendida pela empresa, independentemente se ocorrer em servidor deste tribunal ou com o público em geral.
- 2.1.13.** O atendimento aos eventos específicos a serem realizados pelo TRE será solicitado previamente por este órgão, sendo certo que deverão ser cobertos os dois turnos em ano eleitoral, diplomação dos eleitos, normalmente realizada no mês de dezembro, e a posse do Presidente do TRE, normalmente realizada no mês de fevereiro.
- 2.1.14.** Deverão ser cobertos os dois turnos da Eleição em ano eleitoral, a diplomação dos eleitos, normalmente realizada no mês de dezembro e a posse do Presidente do TRE, normalmente realizada no mês de fevereiro, sem prejuízo de demais eventos que possam ocorrer.
- 2.1.15.** Na ocorrência dos eventos anteriormente citados, uma unidade de UTI móvel



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

deverá ficar disponível no local desde uma hora antes do evento até uma hora após o término do evento.

### 3. DO RECEBIMENTO

#### 3.1. Do Recebimento:

- 3.1.1. Recebimento provisório: o objeto será atestado provisoriamente pelos fiscais em até 05 (cinco) dias úteis para providências quanto ao atestado definitivo.
- 3.1.2. Recebimento definitivo: após atestado provisório o gestor encaminhará para pagamento em até 05 (cinco) dias úteis.

### 4. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. A contratação justifica-se pela necessidade de dar atendimento médico rápido e decisivo para um grande número de pessoas que circulam pelo TRE, sejam eles servidores, prestadores de serviços e público em geral.
- 4.2. A segurança e tranquilidade de ter disponível serviço pré-hospitalar no próprio local de trabalho evita deslocamentos desnecessários para hospitais e clínicas, em situações em que a área médica do TRE não dispõe de recursos necessários para atendimentos emergenciais às pessoas que necessitam de atendimento médico de caráter emergencial.

### 5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.1. O atendimento à ocorrência não poderá ultrapassar o tempo máximo de 30 (trinta) minutos a partir da ligação telefônica.
- 5.2. Para o atendimento a emergências/urgências no período denominado "final de prazo" são estimadas 30h (trinta horas).
- 5.3. Sempre que exigido por este TRE, deverá ocorrer a substituição, independentemente de justificação por parte deste, de qualquer empregado cuja atuação, permanência e ou comportamento sejam prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do Serviço Público.
- 5.4. Todos os encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, bem como impostos, taxas ou contribuições de qualquer espécie, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal ficarão sob a responsabilidade da contratada.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

- 5.5.** Os empregados deverão se apresentar sempre com identificação da empresa e a empresa contratada responderá por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados no local.
- 5.6.** Os produtos, os serviços prestados e os materiais utilizados deverão ser de primeira qualidade e atender às Normas do Código de Defesa do Consumidor.
- 5.7.** A contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.
- 5.8.** Apresentar ao Gestor da contratação, em até 5 (cinco) dias úteis contados da assinatura do contrato, o Termo de Sigilo e Responsabilidade (conforme item 9.2 do edital e modelo de seu Anexo III), garantindo o cumprimento da Política de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral.
  - 5.8.1.** O documento acima referido deverá ser preenchido e assinado pelo Representante Legal da Empresa.

### 6. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 6.1.** O contrato será acompanhado e fiscalizado por gestor responsável pela unidade de Saúde, ou por seus substitutos oficialmente designados, os quais serão os Fiscais da contratação, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados.
- 6.2.** Caberá ao Fiscal, ou substituto imediato:
  - 6.2.1.** Receber e atestar a nota fiscal referente aos serviços contratados, encaminhando-a, no PAD respectivo à Seção de Execução Orçamentária para anotações, que enviará ao setor financeiro para apropriação e pagamento.
  - 6.2.2.** Acompanhar os serviços de acordo com as cláusulas descritas no instrumento contratual/nota de empenho, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, bem como efetuar o recebimento.
  - 6.2.3.** Comunicar à CONTRATADA, por e-mail, a necessidade de solucionar problemas, defeitos ou irregularidades encontradas na prestação dos serviços, e fixar prazo para cumprimento.
  - 6.2.4.** A persistirem as irregularidades, comunicar o gestor a necessidade de abertura de processo administrativo.
- 6.3.** Os serviços serão geridos pelo responsável pela unidade de Saúde, ou por seus substitutos oficialmente designados, os quais serão os gestores da contratação.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

- 6.3.1.** Oficiar a prestadora do serviço, a partir da comunicação do fiscal, fixando prazo para solução das irregularidades apontadas;
- 6.3.2.** A persistirem as irregularidades, o gestor abrirá processo administrativo, na modalidade eletrônica (PAD), e o encaminhará à Coordenadoria a qual estiver vinculado, devidamente instruído com todas as informações pertinentes, em formulário específico, bem como anexar cópia do e-mail enviado pelo fiscal, com o respectivo comprovante de recebimento pela CONTRATADA;
- 6.3.3.** Prestar orientações necessárias ao fiscal da contratação;
- 6.3.4.** Efetuar análise e encaminhamentos pertinentes às reivindicações da CONTRATADA relativamente à revisão de preços, rescisão, questionamentos financeiros ou outros.

### 7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1.** Pelos serviços de emergências médicas, o Contratante pagará à Contratada em valores mensais, por um período de 60 (sessenta) meses.
- 7.2.** Pelos serviços eventuais, o pagamento será realizado por hora de evento. Foram estimados 4 (quatro) eventos por ano, com duração de 4 (quatro) horas cada. Durante a vigência contratual, de 60 (sessenta) meses, serão 20 (vinte) eventos estimados, perfazendo um total de 80h (oitenta horas).
- 7.3.** Pelos serviços eventuais a serem prestados no período denominado “final de prazo”, na primeira semana de maio, dos anos de eleição, considerando-se os três últimos dias que, historicamente, são os mais movimentados, o pagamento será realizado por hora. Foram estimadas 30 (trinta) horas por final de prazo, por ano, perfazendo um total de 90 (noventa) horas durante a vigência contratual.
- 7.4.** O período para faturamento deverá ser mensal para os serviços mensais.
- 7.5.** Para os serviços eventuais será de acordo com o serviço executado no mês.

### 8. DA PROTEÇÃO DE DADOS

- 8.1.** As partes devem cumprir fielmente o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei 13.709/2018.
- 8.2.** A não observância das normas relativas à privacidade de dados pessoais, no contexto da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 e dos demais normativos mencionados neste contrato, caracteriza falta e enseja MULTA DE 10% do valor total do contrato.



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

---

- 8.3.** É vedado o compartilhamento dos dados pessoais coletados ou repassados em razão da execução deste contrato com terceiros, bem como sua utilização para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

### 9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 9.1.** As licitantes deverão cotar os bens e serviços seguindo rigorosamente as especificações solicitadas, abstendo-se de cotar aquelas que não puderem atender às condições do edital.
- 9.2.** Dúvidas poderão ser sanadas, das 12h às 18h, com a Assessoria de Atenção à Saúde e Perícias, pelos telefones (41) 3330-8704, (41) 3072-4826 ou pelo e-mail [saude@tre-pr.jus.br](mailto:saude@tre-pr.jus.br)